



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570454 - SC (2020/0079323-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : WILLIAN BENTO MELLO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de WILLIAN BENTO MELLO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Agravado em Execução n. 0007709-84.2019.8.24.0064).

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Criminais homologou 40 dias de remição pelo estudo, em razão da aprovação parcial no Exame Nacional Para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, referente ao ensino médio, em 2018 (e-STJ fl. 53).

Inconformada, a Defensoria Pública interpôs agravo em execução, perante a Corte estadual. Entretanto, o Tribunal negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 51):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO PELO ESTUDO. APROVAÇÃO PARCIAL NO ENCCEJA NÍVEL MÉDIO. HOMOLOGADOS 40 DIAS. INSURGÊNCIA DA DEFESA CONTRA O CÁLCULO. MAJORAÇÃO PARA 80 DIAS. INVIABILIDADE. ÊXITO EM 4 ÁREAS DO CONHECIMENTO. PARÂMETROS CONTIDOS NOS ART.126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL E ART. 4.º, INCS. II E III E PARÁGRAFO ÚNICO DA RESOLUÇÃO N. 03/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, ALÉM DA RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA OBSERVADOS. DECISÃO PRESERVADA POR SEUS FUNDAMENTOS."A aprovação em três das quatro áreas de conhecimento e na redação que compõem o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos nível médio, confere ao apenado o direito de remir 40 dias da pena" (Agravado em Execução Penal n. 0005411-57.2019.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Sérgio Rizelo, Segunda Câmara Criminal, j. 17-9-2019).RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

Neste *writ*, a Defensoria alega que o paciente obteve a aprovação de 4 das 5 matérias do Ensino Médio no ENCCEJA, e que por isso tem direito a 80 dias de remição da pena, não apenas 40, como julgaram as autoridades coatoras.

Explica que a leitura conjugada dos arts. 24, I, e 35 da Lei 9.394/96 e do art. 1.º, IV, da Recomendação 44/13 do CNJ permite concluir, com simples cálculos aritméticos, que: **a)** a carga horária mínima para o ensino médio nacional é de 2.400 horas (3 anos x 800 horas); e **b)** 50% da carga horária mínima para o ensino médio equivale a 1.200 horas, de modo que está claro o equívoco do acórdão impugnado de que “50% da carga horária do ensino médio equivale a 600 horas.

Calcula, então, que como 12 horas de estudos servem à remição de 1 dia de pena, tem-se que as 1.200 horas de estudo referentes à conclusão do ensino médio devem remir 100 dias de pena.

Conclui que como o ENCCEJA avalia 5 campos de conhecimento (4 áreas do conhecimento mais a redação), a aprovação parcial na instituição dá direito à remição de 20 dias por cada campo de conhecimento em que for aprovado (20 dias x 5 campos = 100 dias), de forma que se o PACIENTE foi aprovado em quatro campos de conhecimento, tem direito à remição de 80 dias de pena.

Em vista disso, pleiteia, liminarmente e no mérito, o reconhecimento de 80 dias decorrentes da aprovação parcial no ENCCEJA.

É o relatório. **Decido.**

As disposições previstas nos arts. 64, III, e 202, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça não afastam do Relator a faculdade de decidir liminarmente, em sede de *habeas corpus* e de recurso em *habeas corpus*, a pretensão que se conforma com súmula ou a jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, ou a contraria (AgRg no HC 513.993/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 25/06/2019, DJe 1º/7/2019; AgRg no HC n. 475.293/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 3/12/2018; AgRg no HC n. 499.838/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, quinta Turma, julgado em 11/4/2019, DJe 22/4/2019; AgRg no HC n. 426.703/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 18/10/2018, DJe 23/10/2018; e AgRg no RHC n. 37.622/RN, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, julgado em 6/6/2013, DJe 14/6/2013).

Nesse diapasão, uma vez verificado que as matérias trazidas a debate por meio do *habeas corpus* constituem objeto de jurisprudência consolidada neste Superior Tribunal, não há nenhum óbice a que o Relator conceda a ordem liminarmente, sobretudo ante a evidência de manifesto e grave constrangimento ilegal a que estava sendo submetido o paciente, pois a concessão liminar da ordem de *habeas corpus* apenas consagra a exigência de racionalização do processo decisório e de efetivação do próprio princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, o qual foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro pela EC n.45/2004 com status de princípio fundamental (AgRg no HC n. 268.099/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/5/2013, DJe 13/5/2013).

Na verdade, a ciência posterior do *Parquet* que, longe de suplantar sua prerrogativa institucional, homenageia o princípio da celeridade processual e inviabiliza a tramitação de ações cujo desfecho, em princípio, já é conhecido (EDcl no AgRg no HC n. 324.401/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 2/2/2016, DJe 23/2/2016).

Em suma, para conferir maior celeridade aos *habeas corpus* e garantir a efetividade das decisões judiciais que versam sobre o direito de locomoção, bem como por se tratar de medida necessária para assegurar a viabilidade dos trabalhos das Turmas que compõem a Terceira Seção, a jurisprudência desta Corte admite o julgamento monocrático do *writ* antes da ouvida do *Parquet* em casos de jurisprudência pacífica (AgRg no HC n. 514.048/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 6/8/2019, DJe 13/8/2019).

No que concerne ao conhecimento da impetração, o Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova

orientação das Cortes Superiores do País: HC n. 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 27/5/2015; e STF, HC n. 113890, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJe 28/2/2014

Assim, de início, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

O Tribunal, acatando a decisão singular, reconheceu apenas 40 dias de remição da pena, referentes à aprovação parcial no Ensino Médio do ENCCEJA, pelas seguintes razões (e-STJ fls. 55/57):

[...]

Nessa perspectiva, considerando que se trata da conclusão do ensino médio, o cálculo para remição por estudo, nos termos da legislação acima, deve ter por base 50% de 1.200 horas, resultando em 600 horas, que divididas por 12 horas (art. 126, § 1º, inc. I, LEP), perfaz 50 dias para aprovação em todas as matérias do conhecimento. A partir daí, levando-se em conta que o ENEM e o ENCCEJA possuem 5 (cinco) áreas de conhecimento, sendo 4 (quatro) de cunho objetivo e 1 (uma) redação, os 50 (cinquenta) dias passíveis de remissão são distribuídos equitativamente, resultando 10 (dez) para cada área de conhecimento completada. A propósito, assim tem se decidido:

[...]

Nessa perspectiva, tendo o agravante garantido a aprovação em 4 (quatro) áreas do conhecimento no ENCCEJA, referente ao ensino médio, em 2018, chega-se ao total de 40 dias de remição a que tem direito.

[...]

Segundo a Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, art. 24, I, c/c art. 35), a carga horária total do ensino médio corresponde a 2.400 horas:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: [...]

A base de cálculo, para o caso de o apenado não frequentar curso regular, mas estudar por conta própria, é de 50%, ou seja, 1.200 horas, no caso de ensino médio, conforme art. 1º, IV, da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça, e

não 600 horas, como consignaram as instâncias ordinárias:

Art. 1.º Recomendar aos Tribunais que:[...];

IV –na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino fundamental ou médio -art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNEJ, isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio.

No caso, o paciente frequentava curso não regular de ensino médio, tendo sido aprovado no ENCCEJA, em quatro áreas do conhecimento, no total de 5 (e-STJ fl. 54). Assim, conclui-se que as 1200 horas divididas por 12 resultam em 100 dias remidos, nos 5 campos do conhecimento, dando, ensejo, individualmente, a 20 dias remidos para cada área.

Como o apenado foi aprovado em 4 áreas de conhecimento no Ensino Médio do ENCCEJA, tem direito a um total de 80 dias de remição (20 x 4).

Veja-se como a jurisprudência desta Corte é no sentido de que a carga horária de 50% para o ensino médio corresponde a 1.200 horas:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA. APROVAÇÃO PARCIAL NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM. INCENTIVO AO ESTUDO. CARÁTER DE RESSOCIALIZAÇÃO DA PENA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 126 DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL - LEP. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO O 44/2013 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ. UTILIZAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal. 2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça tem admitido que a norma do art. 126 da LEP, ao possibilitar a abreviação da pena, tem por objetivo a ressocialização do condenado encorajando inclusive, como no caso concreto, seu estudo por conta própria e consequente aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, sendo possível o uso da analogia in bonam partem, que admita o benefício em comento em razão de atividades que não estejam expressas no texto legal, nos termos da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de

Justiça buscando, primordialmente, a readaptação do apenado ao convívio social. Precedentes. A Resolução CNJ n. 44/2013 menciona a carga horária de 1.600 horas para o ensino fundamental, e 1.200 horas para o ensino médio, que se refere ao percentual de 50% da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino. Considerando como base de cálculo 50% da carga horária definida legalmente para o ensino médio, ou seja, 1.200 horas, deve-se dividir o esse total por 12, encontrando-se o resultado de 100 dias de remição em caso de aprovação em todos os campos de conhecimento do ENEM. Na hipótese, como o paciente obteve aprovação em apenas uma dentre as cinco áreas de conhecimento do ENEM, a remição deve corresponder à 20 dias. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para reconhecer o direito do paciente à remição de 20 dias de pena, considerando sua aprovação em uma área de conhecimento do ENEM. (HC n. 421.176/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, julgado em 11/9/2018, DJe 18/9/2018)

Ante o exposto, não conheço do presente *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem de ofício** para reconhecer o total de 80 dias remidos em favor do paciente, em razão da aprovação em quatro áreas do conhecimento para o Ensino Médio no ENCCEJA.

Comunique-se a presente decisão, com urgência.

Intimem-se.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator